

JUDICIALIZAÇÃO DEVE SER ENFRENTADA COM A CRIAÇÃO DE BASES CIENTÍFICAS



Em entrevista exclusiva para IATS News, a chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Dra. Maria Inez Gadelha, defende que o enfrentamento da judicialização deve ocorrer pela permanente criação, pelo fortalecimento e pela disseminação de bases científicas para suporte da Magistratura brasileira. Maria Inez destaca que o Brasil é o país com maior número de discussões por acesso na Justiça, apesar de possuir um sistema universal. Ela revela, contudo, que cerca de 75% dos processos são ajuizados por pacientes da saúde suplementar e adverte que os excessos individuais estão colocando em risco o direito coletivo conquistado com o SUS. Boa leitura.

SAÚDE TEVE 1,34 MILHÕES DE DEMANDAS JUDICIAIS EM 2016

O impacto da judicialização da saúde foi um dos temas destacados nas atividades promovidas pelo Poder Judiciário este ano. Conforme o Relatório Justiça em Números, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao menos 1.346.931 processos com o tema saúde tramitaram no Judiciário em 2016. Somente sobre as demandas por medicamentos, de acordo com especialistas da área, houve aumento de 1.300% em sete anos. Entenda mais sobre o tema.

TELECONSULTORIA EM SAÚDE APOIARÁ JUÍZES EM DECISÕES

O Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinaram em 18/12 uma nova cooperação para aprimorar as decisões judiciais relacionadas à assistência da saúde. A operacionalização da parceria terá início em 2019. Por meio de consultoria a distância, os magistrados poderão recorrer aos profissionais de saúde da unidade hospitalar, quando envolver casos em que haja alegação de urgência com risco iminente de morte do paciente. Saiba aqui.

CNJ DISPONIBILIZA ENATJUS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

O presidente do Conselho Nacional de Justiça ministro Dias Toffoli e a presidente do Conselho Nacional do Ministério Público procuradora Raquel Dodge assinaram, em 13/12, termo de cooperação técnica para o compartilhamento de notas técnicas do sistema E-NatJus. A iniciativa é destinada a ampliar o entendimento sobre os temas da saúde em meio ao destaque que a judicialização da saúde vem ganhando no cenário jurídico. Conheça esta iniciativa.



"A Ciência de Implementação se volta para a condução de estudos que avaliam, para o caso da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), não somente a eficácia e a efetividade de intervenções, mas também de possíveis métodos para promover a captura sistemática de práticas baseadas em evidências pelo sistema de saúde, pacientes, órgãos governamentais e outros possíveis stakeholders", explica o pesquisador Lucas Porto Santos, na resenha IATS deste mês.

Segundo o integrante do Estudo HAEL, que analisa aplicação de programas em idosos hipertensos, aspectos da Ciência de Implementação serão incorporados ao estudo. "Ciência de Implementação se configura como um inevitável passo a ser dado para além dos trials comuns. Somente através de ferramentas que ela explora, poderemos verificar se nossos achados se traduzem em mudanças em um cenário real", define Lucas. Leia



AGENDA E OPORTUNIDADES

- > **PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ENERGIA RENOVÁVEL**
CNPq financia projetos de mestrado e doutorado.
Submissão até 19 de janeiro de 2019.
- > **COOPERAÇÃO: ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA**
Capes promove edital para apoio a diversas modalidades de ensino e pesquisa.
- > **FINEP DEFINE R\$ 21 MI A TEMAS PRIORITÁRIOS**
Entidade públicas e privadas podem inscrever propostas até 28 de fevereiro de 2019.

SUGESTÃO DE LEITURA

RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS 2018



O Ministério da Saúde (MS) publicou a nova edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename 2018), que atualiza o elenco de medicamentos e insumos disponíveis no SUS e define a responsabilidade pela compra e distribuição desses fármacos entre municípios, Estados e União. Leitura fundamental para os gestores da Saúde. Baixe aqui.

Envie suas perguntas e sugestões em ATS para iatsaude@gmail.com